



Homologado
04.11.2014

REGULAMENTO DISCIPLINAR DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Capítulo I Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

1. Para efeitos do presente Regulamento, têm estatuto de estudante da Universidade as pessoas que se encontram inscritas para a frequência de atividades regulares de formação académica, seja ou não conferente de grau ou diploma, na Universidade Fernando Pessoa, em regime de ensino presencial, ou em regime de ensino à distância (*e-learning*) ou ainda em regime misto (*b-learning*).
2. Perderá o estatuto aquele estudante que, dele beneficiando, esteja numa das seguintes condições:
 - a) Tenha voluntariamente solicitado a anulação da inscrição ou a transferência para outra instituição, e cumprindo com os trâmites oportunos, já não esteja vinculado à Universidade;
 - b) De acordo com o presente regulamento, seja sancionado com a perda do estatuto do aluno.
3. O presente regulamento também se aplica às pessoas que:
 - a) Colaborativamente, realizem práticas de formação na Universidade ou em entidades e instituições que com ela tenham subscrito um acordo ou convénio;
 - b) Cumprindo os requisitos casuisticamente determinados, estejam inscritas em qualquer das atividades académicas, culturais ou desportivas organizadas pela Universidade, independentemente da sua regularidade.

Artigo 2.º

Finalidades

O Regulamento tem como finalidades, entre outras:

- a) Defender as liberdades de aprender e ensinar.
- b) Garantir a integridade moral e física dos estudantes, docentes, investigadores e restantes funcionários e agentes.
- c) Preservar o normal funcionamento da Universidade e os seus bens patrimoniais.

Artigo 3.º

Direitos dos Estudantes

O estudante tem direito, nomeadamente:

- a) A ser tratado com respeito e correção por todos os membros da comunidade académica;
- b) A uma aprendizagem com justa e efetiva igualdade de oportunidades, no acesso e sucesso e apoios educativos adequados às suas necessidades;
- c) A participar nas atividades de carácter científico, cultural, formativo e desportivo organizadas pela Universidade, de acordo com as normas estabelecidas;
- d) A conhecer a organização do plano de estudos e regulamento do curso, programa e objetivos essenciais de cada unidade curricular e os processos e critérios de avaliação;
- e) À valorização objetiva dos seus conhecimentos e competências, com possibilidade de revisão e reclamação;
- f) A ver o seu trabalho reconhecido e devidamente referenciado, nomeadamente, em publicações que possam resultar desse trabalho;
- g) A participar, através dos seus representantes, nos Conselhos Pedagógicos e na Associação de Estudantes,



Hmulgan
04.11.2015
[Handwritten signature]

no processo educativo da Universidade, apresentando sugestões que contribuam para o seu melhor desenvolvimento e concretização;

h) A associar-se no âmbito da Universidade;

i) A ser pronta e adequadamente assistido em caso de acidente ou doença súbita, ocorridos no âmbito das atividades académicas, ao abrigo da proteção garantida pelo Seguro Escolar.

Artigo 4.º

Deveres dos Estudantes

Os estudantes da Universidade tem o dever de, nomeadamente:

a) Tratar com respeito e correção todos os membros da comunidade académica;

b) Dedicar-se à sua formação de acordo com os níveis de exigência vigentes na Universidade;

c) Seguir as orientações dos docentes relativamente ao seu processo de ensino-aprendizagem;

d) Serem assíduos, pontuais e disciplinados no cumprimento dos horários, dos prazos e das tarefas que lhes forem atribuídas, participando nas atividades organizadas pela Universidade;

e) Velar pela conservação e boa utilização dos bens e do património da Universidade;

f) Assumir as responsabilidades inerentes aos cargos representativos para os quais tenham sido eleitos ou nomeados;

g) Observar os demais deveres previstos nas normativas internas, nos Estatutos e na Lei.

Capítulo II

Das Infrações e Sanções Disciplinares

Artigo 5.º

Infrações disciplinares

1. Considera-se infração disciplinar o comportamento do estudante, por ação ou omissão, resultante de dolo ou de mera negligência, que viole quaisquer deveres constantes da lei, dos estatutos e de quaisquer regulamentos da Universidade Fernando Pessoa.

2. Nos termos deste regulamento, comete uma infração disciplinar quem:

a) Interferir com os direitos de outros membros da academia, nomeadamente, discriminar injustificadamente, de qualquer modo, os membros da comunidade académica; obstruir o acesso às instalações da Universidade; prejudicar o normal desenvolvimento das práticas letivas, provas académicas ou atividades de investigação; prejudicar o normal funcionamento dos órgãos ou serviços da Universidade; exercer qualquer tipo de pressão sobre um membro da comunidade académica, designadamente sobre outros estudantes no âmbito das praxes académicas; ofender a honra, a liberdade, a integridade física ou a reserva de privacidade de qualquer membro da comunidade académica.

b) Prestar informações falsas ou ocultar informação aos órgãos e serviços da Universidade, nomeadamente para: obter credenciais académicas ou candidatar-se a qualquer vaga disponível na Universidade; forjar, alterar, destruir ou falsificar registos académicos ou o Cartão Universitário; sonegar a informação apropriada e legalmente solicitada.

c) Tiver um comportamento impróprio, nomeadamente, quem colocar em risco físico quaisquer membros da academia ou bens da Universidade, de forma intencional, imprudente ou negligente; emitir falsos avisos de emergência, incluindo a ativação infundada de alarmes; utilizar, durante as práticas letivas e nos momentos de avaliação, nos espaços da Universidade onde tal não é permitido, telemóveis ou outros aparelhos de comunicação ou entretenimento; ingerir bebidas ou alimentos em locais onde tal não é permitido; fumar nos locais onde tal não é permitido; resistir, ativa ou passivamente, ao cumprimento das diretivas dos funcionários da



Amalguado
04.11.2015
[Handwritten signature]

Universidade, emanadas no exercício das suas funções; atuar, dentro ou fora da Universidade, de modo a prejudicar a imagem e o bom nome da Universidade.

- d) Praticar fraude académica, nomeadamente, através da(e): prática de plágio; ações tendentes a falsear ou a defraudar os mecanismos destinados à avaliação de conhecimentos; aquisição, distribuição ou comercialização de trabalhos académicos com fins fraudulentos.
- e) Danificar intencionalmente, furtar, roubar ou utilizar sem a devida autorização os bens da Universidade ou de qualquer membro da academia.
- f) Utilizar, para fins impróprios, os bens e instalações da Universidade, particularmente os sistemas de comunicação e informática.
- g) Entrar, permanecer ou utilizar de forma não autorizada nas instalações da Universidade.
- h) Introduzir ou facilitar a entrada e permanência de indivíduos estranhos à instituição, sem a devida autorização, nas instalações ou recintos da Universidade.
- i) Produzir ou ter na sua posse, sem a devida autorização, chaves ou outros dispositivos de acesso às instalações da Universidade.
- j) Tiver na sua posse, ou utilizar, armas (incluindo, mas não se limitando a, armas de fogo, munições, armas brancas, dispositivos incendiários ou explosivos), produtos tóxicos, biológicos, químicos ou radioativos nas instalações ou recintos da Universidade.
- k) Tiver na sua posse, consumir, produzir ou distribuir substâncias estupefacientes ou equiparadas.
- l) Estiver embriagado nas instalações ou recintos da Universidade.
- m) Ordenar, colaborar, encobrir, facilitar ou favorecer a prática de infrações disciplinares.
- n) Infringir as normativas internas, os Regulamentos ou os Estatutos da Universidade, através da prestação ou apresentação de falsas declarações e/ou documentação com o intuito de justificar as suas ausências a qualquer atividade pedagógica; falsificação da assinatura de outrem no controlo de assiduidade efetuado em qualquer atividade pedagógica.

Artigo 6.º

Sanções

As sanções disciplinares, aplicáveis aos estudantes que sejam constituídos infratores em processo disciplinar, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de atividades escolares;
- d) Suspensão da avaliação escolar durante um semestre ou um ano letivo;
- e) Interdição da frequência da Universidade, até 5 anos.

Artigo 7.º

Caracterização das sanções

1. A sanção disciplinar de advertência ao estudante consiste numa chamada de atenção perante um comportamento imaturo ou instável, a qual visa promover a responsabilização do estudante no cumprimento dos seus deveres na Universidade.

- a) A sanção disciplinar de advertência pode ser escrita ou oral;
- b) A advertência oral será perante o diretor da respetiva faculdade.
- c) A advertência, seja oral ou escrita, será averbada no processo individual do aluno.

2. A sanção disciplinar de multa é fixada numa quantia certa.

- a) O valor da multa é fixado pelo Presidente da Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa, sob proposta do



Amstygad
04.11.2015
Cristy

instrutor do processo e do diretor da faculdade a que o estudante pertence;

b) O valor não pode ser inferior a 50 euros nem superior a metade da propina mensal devida pelo estudante em causa.

3. A sanção disciplinar de suspensão temporária das atividades escolares consiste no afastamento total ou, se as circunstâncias da infração o permitirem, da frequência de aulas de uma ou mais unidades curriculares em que o estudante se encontre inscrito, por um período de tempo que pode variar entre o mínimo de 10 dias e o máximo de 60 dias, consoante a gravidade da infração disciplinar.

4. A suspensão da avaliação escolar durante um semestre letivo ou um ano letivo consiste na privação da qualidade de estudante até ao fim do semestre ou do ano letivo em curso, consoante a gravidade da infração disciplinar.

5. A sanção disciplinar de interdição de frequência consiste no afastamento total do estudante da Universidade Fernando Pessoa durante um período que varia entre um mínimo de seis meses e o máximo de cinco anos letivos, consoante a gravidade da infração disciplinar. Cumprida esta sanção disciplinar, será concedido o reingresso, caso o estudante o venha a requerer.

Artigo 8.º

Determinação da sanção disciplinar

1. A sanção disciplinar é determinada em função da culpa do estudante e das exigências de prevenção, tendo em conta, nomeadamente:

- a) O número de infrações cometidas;
- b) O modo de execução e as consequências de cada infração;
- c) O grau de participação do estudante em cada infração;
- d) A intensidade do dolo, ou a verificação de mera negligência;
- e) As motivações e finalidades do estudante;
- f) A conduta anterior e posterior à prática da infração.
- g) A manifestação de arrependimento do aluno pelos factos que deram origem ao processo disciplinar.

2. Na decisão de aplicação de uma sanção disciplinar devem ser expressamente referidos os fundamentos da determinação daquela.

3. A sanção de interdição da frequência da universidade até 5 anos é aplicada apenas quando as outras sanções se revelarem insuficientes ou inadequadas ao caso, devendo a decisão de aplicação daquela sanção conter expressamente os motivos da não aplicação das outras sanções disciplinares.

4. As sanções aplicadas constarão do processo individual de cada estudante.

Artigo 9.º

Suspensão das sanções disciplinares

1. Com exceção da sanção prevista na alínea a) do artigo 6.º, as restantes sanções disciplinares podem ser suspensas, mediante requerimento do estudante ao Reitor da Universidade, com poder delegado para o efeito pelo Presidente da Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa.

2. A suspensão da sanção pode ter lugar quando, atendendo à personalidade do estudante e à sua conduta anterior e posterior à infração, e às circunstâncias desta, o Reitor conclua que a simples censura e ameaça da sanção realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição.

3. A suspensão da sanção disciplinar não pode ser inferior a um semestre letivo nem superior a dois anos letivos.

4. Os tempos previstos no número anterior contam-se desde a data da notificação ao estudante da respetiva decisão.

5. A suspensão caduca, quando e caso o estudante venha a ser, no seu decurso, novamente sancionado em processo disciplinar.



Amândio
04.11.2015
[Signature]

Artigo 10.º

Prescrição das sanções disciplinares

As sanções disciplinares prescrevem no prazo de seis meses, a contar da data em que estas se tornem inimpugnáveis.

Artigo 11.º

Circunstâncias dirimentes

1. São circunstâncias dirimentes da responsabilidade disciplinar:
 - a) O desconhecimento desculpável do dever violado;
 - b) A errada mas desculpável convicção de que o comportamento praticado era lícito;
 - c) O cumprimento de uma ordem, mesmo que erradamente interpretada, desde que seja desculpável esse erro de interpretação;
 - d) A coação física;
 - e) A privação acidental e involuntária do exercício das faculdades intelectuais no momento da prática da infração;
 - f) A legítima defesa, própria ou alheia.
2. Compete ao instrutor do processo disciplinar o apuramento das circunstâncias dirimentes.

Artigo 12.º

Circunstâncias atenuantes

1. São circunstâncias atenuantes da responsabilidade disciplinar:
 - a) A confissão espontânea da infração;
 - b) O arrependimento genuíno;
 - c) O bom comportamento anterior;
 - d) O mérito escolar;
 - e) A provocação dirigida ao aluno infrator, constituindo móbil da infração;
 - f) As circunstâncias do momento em que foi cometida a infração que diminuam a culpa do estudante;
 - g) O perdão do lesado.
2. Compete ao instrutor do processo disciplinar o apuramento das circunstâncias atenuantes.

Artigo 13.º

Circunstâncias agravantes

1. São circunstâncias agravantes da infração disciplinar:
 - a) A vontade determinada de, pela conduta seguida, produzir resultados prejudiciais às pessoas, bens, órgão ou serviço, independentemente de estes se terem verificado;
 - b) A produção efetiva de resultados prejudiciais às pessoas, bens, órgão ou serviço, nos casos em que o estudante pudesse prever essa consequência como efeito necessário da sua conduta;
 - c) A premeditação;
 - d) A comparticipação com outros indivíduos para a sua prática;
 - e) O facto de ter sido cometida durante o período de cumprimento ou suspensão de sanção disciplinar;
 - f) A reincidência;
 - g) A acumulação de infrações;
 - h) Ter sido cometida sob o efeito do álcool ou de estupefacientes.
2. Compete ao instrutor do processo disciplinar o apuramento das circunstâncias agravantes.



Homologado
04.11.2015
[Signature]

Capítulo III Factos a que são aplicáveis sanções disciplinares

Artigo 14.º Advertência

1. A sanção disciplinar de advertência é aplicável, nomeadamente, quando:
 - a) Se trate de infrações leves e de pouca gravidade, designadamente das infrações referidas, respetivamente, no n.º 1 do artigo 5.º do presente Regulamento;
 - b) O estudante já foi administrativamente penalizado, pela anulação de testes ou de exames;
 - c) Não existiu qualquer lesão patrimonial ou pessoal ou, havendo-a e não sendo grave, se verificou perdão do lesado.
2. A sanção disciplinar de advertência não pode, contudo, ser aplicada:
 - a) Havendo reincidência;
 - b) Havendo dolo;
 - c) Havendo, pelo menos, uma circunstância agravante.

Artigo 15.º Multa

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 14.º, a sanção de multa é aplicável, nomeadamente, quando haja violação dos deveres referidos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º do presente Regulamento.
2. Haja reincidência das violações referidas no artigo 14.º, n.º 1 alínea a).

Artigo 16.º Suspensão temporária de atividades escolares

- A sanção de suspensão temporária de atividades escolares é aplicável, nomeadamente, quando:
- a) Haja reincidência das violações referidas no artigo 15.º n.º 1;
 - b) Haja violação dos deveres referidos nos n.ºs 2.4 a 2.14 do artigo 5.º do presente Regulamento.

Artigo 17.º Suspensão da avaliação escolar

A sanção disciplinar de suspensão da avaliação escolar durante um semestre ou um ano letivo é aplicável quando haja reincidência das violações referidas no artigo 16.º, alínea b).

Artigo 18.º Interdição da frequência da Universidade

- A sanção de interdição da frequência da universidade, até 5 anos, é aplicável quando, cumulativamente:
- a) A infração disciplinar consubstancie uma infração penal, à qual corresponda uma pena de prisão não passível de ser substituída por multa;
 - b) Seja cometida com dolo;
 - c) Se verifique, pelo menos, uma circunstância agravante;
 - d) Tenha ocorrido uma lesão patrimonial ou pessoal efetiva.



Homologado
04.11.2015
Cristina

Artigo 19.º

Aplicabilidade das sanções

1. Quaisquer sanções disciplinares e factos aplicáveis, nos termos dos artigos precedentes deste capítulo, podem ver a sua qualificação alterada, dependendo da ocorrência de alguma circunstância constante nos artigos 11.º a 13.º, e que tenha sido apurada, apenas, durante o processo disciplinar que ocorreu.
2. Não é possível a aplicação cumulativa de diferentes sanções num mesmo processo.

Capítulo IV

Competência disciplinar

Artigo 20.º

Princípio geral

O poder de punir pertence ao Presidente da Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa que o delega no reitor, sem prejuízo deste o subdelegar nos diretores das faculdades e unidades orgânicas nos termos do n.º 3 do artigo 138.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro e do número 4, alínea d), do artigo 18.º, número 4 dos Estatutos da Universidade Fernando Pessoa.

Artigo 21.º

Comunicação

1. No caso de delegação de poderes, todas as decisões de início de processo disciplinar, de arquivamento e de aplicação de sanção devem ser comunicadas ao reitor no prazo de 5 dias após a sua prolação.
2. Nas decisões de arquivamento e de aplicação de sanção, deve ser transmitida a respetiva fundamentação.

Capítulo V

Do processo

Artigo 22.º

Instauração de processo disciplinar

1. É competente para instaurar ou mandar instaurar processo disciplinar o Presidente da Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa ou o reitor, caso tenha o poder delegado.
2. A comunicação ao Presidente da Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa ou ao reitor, do facto com relevância disciplinar é da competência do diretor da faculdade a que o estudante pertença.
3. A legitimidade para promover o processo disciplinar está apenas condicionada pelo facto das restrições constantes do artigo 23.º do presente regulamento.

Artigo 23.º

Necessidade de queixa

1. Se a infração disciplinar consistir em injúrias, difamação, ameaça, coação ou ofensa corporal simples, a promoção do processo disciplinar depende da apresentação de queixa, por escrito, pelo ofendido, ao diretor da faculdade.
2. A queixa pode ser retirada em qualquer fase do processo disciplinar, antes da aplicação da sanção ao estudante, mediante a apresentação de desistência, por escrito, pelo ofendido, ao instrutor do processo disciplinar.



Handwritten signature
04.11.2015
Handwritten signature

Artigo 24.º

Processo disciplinar

1. O processo disciplinar tem por finalidades apurar a existência de uma infração disciplinar, determinar os seus agentes e propor uma sanção adequada ou concluir pela ilibação do aluno infrator, cabendo ao instrutor do processo ordenar, oficiosamente ou a requerimento, a produção de todos os meios de prova que repute necessários para a descoberta da verdade.
2. O instrutor é nomeado pelo diretor da faculdade, preferencialmente entre os membros do corpo docente da mesma.
3. O acusador, responsável pela elaboração da nota de culpa, é nomeado pelo Presidente da Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa ou pelo reitor com o poder delegado.
4. O processo inicia-se no prazo máximo de cinco dias úteis a contar da data da nomeação do instrutor do processo e do acusador, sendo concluído no prazo máximo de trinta dias, a contar da data do seu início.
 - a) O prazo de conclusão do processo pode ser prolongado até ao dobro, em casos de especial complexidade, seja pelos factos que o suscitaram seja pelo número de intervenientes.
 - b) A prorrogação do prazo, suscitada pelo instrutor do processo, deve ser feita até ao máximo de trinta dias após a instauração do mesmo, competindo a decisão ao diretor da faculdade.
5. O processo inicia-se com a apresentação da nota de culpa pelo acusador, enumerando os factos imputáveis ao aluno infrator, sua relevância disciplinar e apresentando o rol de testemunhas (até a um máximo de cinco) e outros meios de prova considerados pertinentes.
6. O acusador remete a nota de culpa ao instrutor do processo, que é responsável, em articulação com o secretariado da faculdade respetiva, pela notificação do aluno infrator, que pode ser presencial ou através de carta registada com aviso de receção, nos três dias úteis seguintes à apresentação da nota de culpa.
7. A recusa do aluno infrator em ser notificado, presencialmente ou por via postal, implica assunção de culpa dos factos pelos quais vem acusado na nota de culpa.
8. O aluno infrator dispõe de um prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação da nota de culpa, para a contestar por escrito e apresentar o rol de testemunhas até a um máximo de cinco, dirigindo a contestação ao instrutor do processo e apresentando-a no secretariado da faculdade a que o aluno pertence.
9. O instrutor do processo dispõe de cinco dias úteis, a contar da apresentação da contestação, para inquirir as partes envolvidas no processo e as testemunhas arroladas na nota de culpa e na contestação do aluno infrator.
10. O instrutor do processo deve averbar por escrito, em auto de depoimento, as declarações prestadas pelas partes envolvidas no processo e pelas testemunhas arroladas na nota de culpa e na contestação do aluno infrator, devendo o auto de depoimento ser lido ao declarante e por ele assinado.
11. O instrutor do processo pode, em caso de necessidade para o apuramento dos factos, recolher meios adicionais de prova ou solicitar o depoimento de testemunhas que considere relevantes, dispondo para o efeito de três dias úteis a contar da data da recolha de depoimentos das partes envolvidas no processo e das testemunhas.
12. No prazo máximo de sete dias úteis a contar da audição das partes envolvidas e das testemunhas arroladas, ou da recolha dos meios adicionais de prova considerados necessários, o instrutor elabora um relatório final no qual propõe o arquivamento ou a aplicação de uma sanção disciplinar ao aluno.
13. O relatório mencionado no número anterior é remetido ao diretor da faculdade.

Artigo 25.º

Impedimento, recusa e escusa do instrutor e do acusador

1. Não pode ser nomeado instrutor e acusador do processo disciplinar quem for ofendido pela infração ou for parente ou afim, em linha reta ou até ao terceiro grau da linha colateral, do ofendido ou do agente da infração.



Homologado
04.11.2015
Coosty

2. Para além dos casos previstos no número anterior e no prazo máximo de cinco dias a contar da nomeação do instrutor e do acusador, o aluno infrator pode requerer ao diretor da faculdade a recusa do instrutor e/ou do acusador, quando a intervenção de qualquer um deles correr o risco de ser considerada suspeita, por existir motivo sério e grave adequado a gerar desconfiança sobre a sua imparcialidade.
3. Quando se verificarem as condições dos números anteriores e no prazo máximo de cinco dias úteis a contar da nomeação, o instrutor e/ou o acusador podem pedir ao diretor da faculdade que o(s) escuse de intervir.
4. O diretor da faculdade decide do requerimento de recusa ou do pedido de escusa, no prazo máximo de dez dias úteis.

Artigo 26.º

Suspensão preventiva

A requerimento do instrutor do processo, o diretor da faculdade pode suspender preventivamente o estudante por um período de tempo não superior a 30 dias, se se verificar perigo, em razão da natureza da infração disciplinar ou da personalidade do estudante, de perturbação do normal decurso de aulas, provas académicas ou atividades de investigação ou de perturbação do normal funcionamento de órgãos ou serviços da Universidade.

Artigo 27.º

Decisão disciplinar

1. O diretor da faculdade aprecia o relatório elaborado pelo instrutor e a resposta do estudante no prazo máximo de dez dias a contar da data da receção daquele relatório.
2. O diretor da faculdade propõe, ao reitor, o arquivamento do processo disciplinar ou a aplicação de sanção disciplinar, que aprecia a proposta no prazo máximo de dez dias a contar da data da sua receção.
3. O reitor notifica o aluno infrator, por carta registada e com aviso de receção, sobre a decisão tomada sobre o processo disciplinar, juntando o relatório do instrutor do processo e o parecer do diretor da faculdade.

Artigo 28.º

Garantias de defesa do estudante

1. O estudante presume-se inocente até à aplicação da sanção disciplinar ou à apreciação do recurso hierárquico dela interposto.
2. O estudante não pode ser responsabilizado disciplinarmente mais do que uma vez pela prática da mesma infração.
3. Juntamente com a contestação à infração disciplinar, o estudante pode apresentar documentos e outros meios de prova e um rol de testemunhas cujo número não deverá exceder cinco, podendo requerer a realização de quaisquer diligências necessárias ao apuramento dos factos.
4. O estudante pode consultar o processo e requerer certidões de quaisquer elementos dele constantes, durante o prazo fixado para a contestação.
5. O estudante tem o direito de ser ouvido pelo instrutor em qualquer fase do processo.
6. O estudante pode constituir advogado, ou requerer ao diretor da faculdade que nomeie como seu representante um membro do corpo de docentes da faculdade.
7. Durante o prazo fixado para a contestação, o representante do estudante pode requerer certidões de quaisquer elementos dele constantes e assistir às diligências empreendidas a requerimento do estudante, nomeadamente participar na inquirição de testemunhas.



Artigo 29.º

Recurso hierárquico

1. Da decisão de aplicação de sanção disciplinar há recurso com efeito suspensivo para o reitor, no prazo máximo de dez dias contados da notificação daquela sanção.
2. Da apreciação do recurso não pode resultar a agravação da responsabilidade do estudante.
3. As decisões tomadas, que não apliquem qualquer sanção, não são passíveis de recurso hierárquico.

Artigo 30.º

Prescrição do procedimento disciplinar e da sanção

1. O procedimento disciplinar extingue-se, por efeito da prescrição:
 - a) Um ano sobre a data da prática da infração;
 - b) Um mês sobre a data do conhecimento da infração, sem que o processo tenha sido promovido.
2. A instauração de um processo disciplinar suspende, até à sua conclusão, os prazos prescricionais.
3. A sanção disciplinar prescreve no prazo de um ano, a contar da data da sua aplicação ou da apreciação do recurso hierárquico dela interposto.
4. A perda temporária da qualidade de estudante determina a suspensão do prazo previsto no número anterior.
5. Em relação a infrações praticadas por estudantes que entretanto tenham abandonado a Universidade, sem que tenha decorrido qualquer dos prazos referidos nos números anteriores, o prazo de prescrição considera-se interrompido, começando a correr a partir do regresso do participado ou de nova inscrição válida.

Artigo 31.º

Revisão do processo disciplinar

1. A revisão do processo disciplinar é admitida a todo o tempo e, tem como pressuposto, o surgimento de novos meios de prova que suscitem graves dúvidas sobre a justiça da decisão de aplicação da sanção disciplinar.
2. A revisão do processo disciplinar é determinada pelo diretor da faculdade, por sua iniciativa ou a requerimento do aluno.
3. Se tiver sido aplicada a sanção de suspensão da avaliação escolar durante um semestre ou ano letivo, ou de interdição de frequência da universidade até 5 anos, a revisão do processo disciplinar é determinada pelo reitor, por sua iniciativa, por iniciativa do diretor da faculdade ou a requerimento do aluno.
4. No caso previsto no número anterior, o reitor enviará os novos meios de prova ao diretor da faculdade para efeitos de instrução do processo de revisão.
5. Na pendência do processo de revisão, o reitor pode suspender a execução da sanção disciplinar por proposta fundamentada do instrutor, se estiverem reunidos indícios de injustiça da condenação.
6. É correspondentemente aplicável ao processo de revisão o disposto nos artigos 24.º, 25.º, 27.º e 29.º.
7. Da revisão do processo disciplinar não pode resultar agravação da responsabilidade do estudante.
8. Se a revisão do processo disciplinar determinar a revogação ou a atenuação da sanção, o diretor da faculdade tomará público o resultado da revisão.

Artigo 32.º

Revisão do processo disciplinar

O instrutor pode, a todo o tempo, solicitar, ao reitor, a reabertura do processo, caso surjam factos especiais e relevantes que o justifiquem.



Capítulo VI Disposições Finais e Transitórias

Artigo 33.º

Reabilitação do estudante

1. O estudante interdito de frequentar a Universidade pode requerer a sua reabilitação ao reitor, decorrido que seja um ano sobre a data em que tiver início o cumprimento da sanção.
2. Juntamente com o requerimento, o estudante pode apresentar documentos e rol de testemunhas, cujo número não deverá exceder cinco, que abonem no sentido da boa conduta posterior à interdição.

Artigo 34.º

Contagem dos prazos

1. Os prazos relativos ao processo disciplinar, não correm equitativamente durante os períodos de interrupção letiva.
2. Entende-se por interrupção letiva os períodos como tal determinados no Cronograma Oficial da Universidade Fernando Pessoa.

Artigo 35.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor a partir do ano letivo de 2015/2016.